

XV Congresso do Partido Socialista

Sessão de Encerramento

Intervenção do Secretário-Geral José Sócrates

12-11-06

1. Saudações

Caro Presidente do Partido Socialista, amigo e camarada Almeida Santos;

Distintos membros da Comissão de Honra e da Mesa do Congresso;

Membros da nova Comissão Nacional do Partido Socialista: quero felicitar-vos pela vossa eleição. A nova Comissão Nacional do PS traduz o reforço da unidade do Partido Socialista e é mais um passo para a renovação dos quadros dirigentes do PS. Mas esta é, também, uma Comissão Nacional que cumpre a regra da paridade e é por isso mais um sinal do empenho do Partido Socialista no reforço da participação das mulheres na vida política portuguesa. Foi o PS que abriu este caminho e é graças ao PS que temos hoje no Parlamento tantas mulheres. Mas vamos ter mais. A nova lei da paridade que aprovámos na Assembleia da República foi um momento de mudança. Um momento de mudança a favor da igualdade, um momento de mudança contra a discriminação, um momento de mudança a favor de uma democracia com mais qualidade.

Saúdo, também, o Presidente da Federação do PS de Santarém - o camarada António Rodrigues. Saúdo todos os dirigentes do distrito e quero destacar um dos militantes mais qualificado e mais prestigiado do distrito de Santarém e que tanto me tem ajudado no Governo. O camarada Jorge Lacão. Saúdo os dirigentes da Juventude Socialista da Tendência Sindical Socialista e do Departamento das Mulheres Socialistas;

Saúdo, de forma calorosa, o Presidente do PS Açores, Carlos César, cujo trabalho à frente do Governo Regional tem sido um exemplo de competência, de modernidade e de progresso, ao serviço de uma autonomia responsável. O vosso trabalho honra e dignifica o PS. O vosso trabalho é uma referência inspiradora para o PS. É esse vosso trabalho que nos dá confiança na vitória nas próximas eleições regionais.

Saúdo, também, o Presidente do PS Madeira, Jacinto Serrão, que tem vindo a afirmar de forma consistente o PS naquela Região. Quero assegurar-lhe a solidariedade e o apoio de todo o PS na construção de uma alternativa política na Região Autónoma da Madeira.

Saúdo também os socialistas

E saúdo, igualmente, todos os congressistas, delegados e participantes, com uma palavra especial para os socialistas que vindos de todas as partes do mundo representam o nosso partido nas comunidades portuguesas.

Em meu nome e no nome de todos vós, dou as boas-vindas aos nossos convidados.

Saúdo o representante do Senhor Presidente da República;

Saúdo os senhores embaixadores e elementos do corpo diplomático e saúdo os representantes dos partidos estrangeiros e do Partido dos Socialistas Europeus, que tanto nos honram com a sua presença.

Saúdo, ainda, com respeito e espírito democrático, os partidos políticos portugueses que aceitaram o nosso convite e que aqui se fizeram representar. Esta é uma das boas tradições da democracia portuguesa e a democracia bem precisa de gestos como este, que a prestigiam aos olhos dos cidadãos. Não há democracia sem partidos e é do debate plural, e do respeito mútuo, que se afirma uma democracia mais forte. Registo e agradeço, por isso, a presença

das delegações do PSD; do PCP; do CDS; do Bloco de Esquerda e do Partido Ecologista “Os Verdes”.

Saúdo, igualmente, os representantes dos parceiros sociais, - da CAP, da CIP, da Confederação do Comércio, da Confederação do Turismo, da CGTP, da UGT. Saúdo igualmente todos os outros convidados aqui presentes.

Mas quero dirigir ainda uma palavra de reconhecimento a todos os que trabalharam na preparação deste Congresso de Santarém. Por todos, em nome de todos, deixo uma palavra de apreço e de amizade ao Presidente da Comissão Organizadora o camarada Capoulas Santos.

2. *Balanço do Congresso*

Caros amigos e camaradas, eu gostei deste Congresso. Foi um Congresso na boa tradição do PS. Um Congresso participado, um Congresso de debate sério, um Congresso plural, um Congresso de gente livre. Este é o nosso PS, este é o PS que conhecemos, este é o PS em que os portugueses confiam.

Quero por isso agradecer a todos os delegados que, tendo sido eleitos pela minha moção, tiveram espírito democrático e assinaram as outras moções globais, para que todas pudessem ser aqui discutidas em igualdade de condições, mesmo as que tiveram menor apoio dos militantes. Esse gesto foi uma boa lição democrática: essa foi a melhor prova de que este partido é um espaço de liberdade, onde há sempre lugar para a diversidade de opiniões e para o debate. Há coisas que nunca mudam: é assim o PS e será sempre assim o PS.

Ao longo destes dois anos sempre me esforcei por promover a unidade do partido. Tenho plena consciência da importância dessa unidade para estarmos à altura da responsabilidade que temos perante o País. Os portugueses querem ver no PS, o partido em que confiaram, uma força política unida e estável. Por isso, sempre trabalhei para garantir que houvesse lugar no PS para todos. Para todos poderem dar o seu contributo, para todos darem o

melhor de si e poderem fazê-lo em liberdade, independentemente de qualquer divergência. Foi este o caminho que segui e será esse o caminho que, como é meu dever, continuarei a prosseguir, a bem da unidade do partido.

Mas nunca a unidade foi unanimismo no PS. A nossa unidade não é baseada em equívocos ou em ambiguidades. Nós não fingimos consensos, nem disfarçamos diferenças. A nossa unidade sempre foi construída na diversidade e na pluralidade de opiniões. Sei bem que nem todos pensamos o mesmo e, quando é necessário, fazemos o debate e as escolhas que é preciso fazer. Nunca deixámos nem deixaremos de fazer as clarificações internas necessárias para que se defina uma linha política inequívoca que seja clara e compreensível para o País. É assim a democracia no PS. É isto que faz do PS um espaço de liberdade e um partido forte.

Caros amigos

Este Congresso deixa uma mensagem clara ao País: o PS confirma o seu Rumo. As reformas que são necessárias vão para a frente para Modernizar Portugal! É este o caminho que prometemos aos portugueses. O caminho para um País mais próspero, um País mais desenvolvido, um País mais justo. Os portugueses confiaram em nós para que não ficasse tudo na mesma. E as coisas já estão a mudar. O País está melhor e vai continuar a progredir. Esta é, e vai ser, a legislatura da mudança! E o PS, mais uma vez, será o autor da mudança ao serviço de um futuro melhor para Portugal!

É por aqui que vamos. E o PS sai deste Congresso mais forte. Os portugueses puderam ver um Partido que está hoje com o mesmo ânimo, com a mesma vontade e com a mesma determinação do primeiro dia em que recebeu a confiança para governar.

Os militantes do PS expressaram a sua vontade de forma absolutamente inequívoca e clara. E fizeram-no democraticamente, com o seu voto. A vontade

do PS é a vontade dos seus militantes e o caminho do PS é o caminho escolhido livremente pelos seus militantes.

Pelo que vejo, parece que isso vem decepcionar alguns analistas políticos. A tese de um PS com grandes dúvidas sobre a política do Governo tem afinal o pequeno problema de ser falsa. Os votos não a confirmam. Mas há gente que não se conforma e nunca desiste. E nos últimos dias arranjou um Plano B: “Se a análise não é boa, passemos então à psicanálise”. Temos, portanto, uma novidade: analistas que se transformaram em psicanalistas. É certo que o PS está unido em torno do Governo. Mas será que o entusiasmo não poderia ser maior? Não será que lá no fundo, no íntimo dos militantes, não haverá um inconsciente que já se passou para a oposição?

Bom, camaradas, eu já vi de tudo um pouco e já nada me espanta! Mas este é o momento de dizer que o PS profundo é o PS dos seus militantes. E a vontade dos militantes falou neste Congresso. É o PS que escolhe o seu caminho e o PS com uma mensagem clara: veio aqui apoiar a agenda das reformas para um futuro melhor para Portugal!

3. Sondagens

Temos que compreender, é claro, a desilusão dos nossos adversários. Ponhamo-nos, por um momento, no lugar deles: durante semanas explicaram por A mais B que o PS estava em queda, que o Governo tinha finalmente perdido o estado de graça – que me lembre já é pelo menos a terceira vez que decretam o fim desse tal “estado de graça” – e que, desta vez, é que era: o descontentamento era grande e estava visível nas ruas. Mas nunca se deve confundir o desejo com a realidade. A verdade é bem outra: o Governo ganhou claramente o debate orçamental no Parlamento, o PS sai em grande e com força deste Congresso e as sondagens confirmam o PS a liderar as preferências dos portugueses e com uma sólida base de apoio popular, fundamental para aplicar e desenvolver o seu Programa. E isto, caros e caras camaradas, ao fim de ano e meio de Governo, com as várias medidas difíceis que tivemos de tomar, não é coisa pouca!

Como todos sabem, não sou suspeito de governar para as sondagens, nem para a popularidade fácil. Não dou, sequer, demasiada importância às sondagens de opinião. Mas o **que os portugueses dizem nestas sondagens é o que já disseram o ano passado nas eleições, mas que alguns se recusam a ouvir: os portugueses não querem um País adiado!**

A verdade é esta: é que nós temos connosco o País que quer mudar, o País que não se conforma, o País que tem ambição, o País que quer vencer, o País moderno, o País que tem confiança em si e que tem confiança no futuro! É por isso que, apesar das dificuldades, que são reais, os portugueses percebem bem a necessidade do caminho das mudanças, porque este é o caminho para um futuro melhor. Este é o caminho que já está a dar bons resultados e que dará ainda melhores resultados amanhã.

4. Passo a passo, bons resultados

A economia está melhor, só este ano vai ter um crescimento maior do que nos três anos do Governo anterior; estamos a criar mais empregos e o desemprego, finalmente, parou de crescer; as metas de redução do défice estão agora a ser cumpridas, sem truques nem fingimentos, dando confiança à economia e aos agentes económicos.

Como vos disse na abertura deste Congresso, passo a passo, estamos a conseguir. E os portugueses sabem que é assim, porque são eles que, com o seu esforço, com o seu trabalho, todos os dias dão o seu melhor para vencer as dificuldades.

Há gente que protesta, há gente que discorda? Concerteza que há e que haverá. É assim em democracia. Mas o que é indiscutível é que os portugueses entendem que as mudanças são necessárias e que o País está a andar para a frente.

5. Uma governação capaz de vencer os impasses

As reformas que lançámos são aquelas de que se falava há muito tempo, mas que nunca tinha havido a coragem de fazer. Temos hoje em movimento diversos processos de modernização: no Estado, nas empresas, na sociedade portuguesa. E só assim poderemos recuperar o nosso atraso e corresponder à legítima ambição dos portugueses de um País mais desenvolvido.

Governar é decidir. Exige uma visão do País que temos e do País que queremos ser. Exige um Rumo. Uma estratégia. Um caminho.

Num ano e meio, superámos tantos impasses que se arrastavam há anos na política e na economia: as velhas torres da Torralta, em Tróia, já vieram abaixo; a questão de Cahora Bassa está resolvida; o sector energético na GALP, na EDP, nas centrais de ciclo combinado, nas energias renováveis, foi finalmente desbloqueado; temos uma nova lei das rendas, até aqui sempre prometida e sempre adiada; temos finalmente uma Agência para a defesa do consumidor e da segurança alimentar que é capaz de fazer fiscalização a sério; já se vendem medicamentos sem receita médica fora das farmácias e até o folhetim da colecção Berardo chegou ao fim e os quadros vão sair dos caixotes!

Já quase nos tínhamos habituado a estes impasses, que pareciam eternos. Viviam connosco, faziam parte da nossa vida política. Volta e meia vinham à discussão e depois lá ficavam, à espera do debate seguinte, sempre na mesma, sempre à espera. Em apenas ano e meio, tudo isto mudou, tudo isto é passado. Há muita coisa que pode ser feita se houver vontade de superar os impasses e se houver coragem de decidir. Se há uma marca deste Governo é que este é um Governo que decide e a decisão faz a diferença!

7. Um tempo de oportunidades

Caros amigos

Este é, de facto, um tempo novo e um tempo de oportunidades. E isto cria um quadro novo para a nossa economia, para os investidores e para as empresas.

Temos estabilidade, políticas de médio prazo que todos os dias ganham credibilidade na sua execução. Temos incentivos ao investimento e uma aposta no conhecimento, na inovação, na modernização tecnológica e na qualidade. E é por isso que em muitos sectores económicos – na energia, nas novas tecnologias, na indústria, no turismo, mesmo nos sectores tradicionais – surgem novas oportunidades e novos projectos. As empresas conquistam já quotas de mercado para a exportação dos seus produtos. São cada vez mais os investidores que percebem que este é o momento de investir em Portugal: na Petroquímica, com as iniciativas da Repsol, da Advansa e da Galp em Sines; da Dow Chemical e da Air Liquide, em Estarreja; com a IKEA, em Paços de Ferreira; com a nova fábrica da Portucel, na margem sul do Tejo; com os novos modelos da Autoeuropa, em Palmela; e muitos outros projectos no turismo, na logística, no sector mineiro, dando sinais de dinamismo e de confiança no futuro. Este é um novo ciclo de investimento modernizador da indústria e da economia portuguesa, e que está a ser acompanhado por centenas de pequenas e médias empresas que estamos a apoiar e querem fazer parte deste movimento.

Eu sei que estes investimentos levam o seu tempo a concretizar e que, entretanto, a oposição, de forma lamentável e sem disfarçar a inveja, só lhe ocorre dizer que é tudo propaganda. Mas não perdem pela demora! Não é o Governo que anuncia os investimentos: foram os próprios administradores destas empresas que aqui vieram anunciar decisões de empresas sérias que têm responsabilidades perante os seus accionistas. E isso é absolutamente novo nestes últimos anos em Portugal e é um sinal de esperança para os portugueses. Se há fronteira que uma oposição responsável não deve ultrapassar é tentar diminuir aquilo que o País alcançou pelo seu mérito e pelo seu esforço e que corresponde ao interesse estratégico de Portugal!

É claro que havia uma maneira de termos, já hoje, valores de investimento mais altos: mas era preciso que eles tivessem sido lançados, preparados, apoiados pelo Governo anterior, em 2003 ou em 2004, para agora já estarem no terreno. Mas acontece que nada disso foi feito. Nessa altura, em vez de

lutar por mais investimento, o Governo de então preferia atacar o Governo anterior e acentuar a desgraça do País, não só aqui como pelas capitais da Europa. E o resultado foi o que se viu. Nós não recebemos lições sobre investimento a quem virou as costas à economia e não fez outra coisa senão meter os projectos na gaveta!

8. Um tempo de reformas

O tempo que temos pela frente nesta legislatura, que ainda nem vai a meio, é um tempo para prosseguir as reformas. Até ao fim deste ano, e já não falta muito, aprovaremos no Parlamento, para além do Orçamento de Estado para 2007, várias reformas estruturais: a reforma da segurança social, a reforma das finanças locais e a reforma das finanças regionais. Na Assembleia estão já a nova lei da imigração, a lei do Cartão do Cidadão – outro compromisso contra a burocracia que vamos cumprir. Seguem-se o novo Código Penal, o novo Código de Processo Penal e a nova lei da mediação penal, no âmbito da reforma da justiça. E temos ainda a legislação sobre as carreiras e avaliação na função pública, que dá seguimento à reforma da Administração.

Mas, de acordo com o Programa do Governo, a nossa agenda para esta legislatura tem outras ambições, como é o caso da reforma do ensino superior, cuja avaliação internacional está prestes a ser concluída.

No centro da nossa agenda vai continuar a estar a batalha pelas qualificações, quer no sistema de educação, quer no sistema de formação profissional. E quero deixar este ponto absolutamente claro, porque é a questão crítica para o nosso futuro. Nós vivemos hoje num Mundo global onde é possível comprar bens e produtos em qualquer sítio do Mundo. Vivemos num Mundo global onde é possível atrair tecnologia e conhecimento de qualquer sítio por esse Mundo fora. Mas há uma coisa que não podemos comprar lá fora e que temos de construir nós próprios: uma educação de excelência. Mas não queremos uma educação de excelência só para alguns ou para as elites. Nós devemos ter a ambição de uma educação de excelência para todos. E a única forma de a obtermos é lutr pela qualificação da escola pública. Valorizar a escola pública é

o mais importante contributo para um País mais competitivo, mas também para um País com menos desigualdades. É tempo de ambicionarmos uma escola com melhores resultados, com menos abandono e com menos insucesso escolar: só uma educação melhor para todos, poderá dar a todos mais oportunidades.

Mas não nos enganemos. A escola pública precisa de reformas. E de reformas urgentes, para melhor servir as famílias, os jovens, as futuras gerações.

Já foi muito o que fizemos em apenas ano e meio. E recordo apenas três exemplos: hoje as crianças do primeiro ciclo do ensino básico aprendem inglês nas escolas; hoje os alunos têm aulas de substituição quando os professores faltam – e, aliás, faltam cada vez menos; e hoje o concurso de professores, não só já não é o escândalo que foi com o Governo anterior, como vale para três anos, por forma a assegurar a estabilidade do corpo docente das escolas, que é essencial ao sucesso de um projecto educativo.

Nós queremos construir um sistema de ensino que seja exigente. Porque não há qualidade sem exigência. E exigência significa avaliação. Significa premiar o mérito, o desempenho. Significa haver incentivos para que todos dêem o seu melhor. Queremos fazer esta reforma com todos e contamos com todos os que recusam o imobilismo, os que querem melhorar, os que têm consciência de que temos de evoluir para termos uma educação melhor.

Sabemos bem que é aqui, nas qualificações, que se joga o futuro. Por isso essa será a nossa maior prioridade na aplicação dos fundos comunitários no período 2007-2013. Desta vez, a aposta de Portugal não é o betão – são as pessoas e as suas qualificações, para um País mais forte e mais competitivo.

9. O desafio da Presidência Portuguesa da União Europeia

Pela frente, Portugal vai ter também, e já no segundo semestre do próximo ano, o desafio da Presidência Portuguesa da União Europeia. E também aqui as nossas prioridades são claras.

Lutaremos por uma Europa mais forte. Este Mundo globalizado precisa de uma Europa que conte, que tenha voz e que possa dar um contributo efectivo para a construção da paz, do diálogo entre civilizações e do desenvolvimento. É na defesa do projecto europeu que Portugal afirma os seus interesses. Mas o aprofundamento do Projecto Europeu não é importante apenas para Portugal. É importante para os europeus, para a economia europeia, para os valores europeus e é também importante para um Mundo mais estável, mais equilibrado e mais seguro.

Lutaremos por uma Europa mais activa na cooperação com África e com os Países da bacia do Mediterrâneo. O diálogo político aprofundado com África corresponde ao interesse mútuo de europeus e africanos, mas serve também a construção de um Mundo mais justo e mais seguro. A verdade é que a Europa não pode esquecer a sua responsabilidade moral com o combate à pobreza e ao subdesenvolvimento em África, nem pode esquecer o drama dos milhares de refugiados que as guerras, os desastres naturais, a miséria e a fome provocam naquele Continente. África tem de ser uma prioridade para a Europa. E assim será na nossa Presidência.

E lutaremos, também, por uma Europa que assuma plenamente a Agenda de Lisboa, no que ela contém de desafio à inovação, ao desenvolvimento tecnológico, de aposta na ciência e no conhecimento, que são hoje os motores do crescimento e do emprego. Mas que não esqueça também a dimensão social desta Agenda, no que ela tem de prioridade à formação profissional, ao combate à pobreza e às desigualdades e de promoção da inclusão social dos imigrantes, que tanto têm feito pelo desenvolvimento económico da Europa.

10. Uma agenda social por uma sociedade mais inclusiva

E, a propósito de imigração, julguei que não era preciso lembrar que esta tem sido já uma prioridade na Agenda social do Governo do PS. Mas como a memória de alguns parece curta, e subiram a esta tribuna para pedir uma

sociedade mais inclusiva em matéria de imigração, eu quero aqui recordar dois factos importantes.

O primeiro - foi este Governo do PS que, com prudência e responsabilidade, fez uma nova Lei da Nacionalidade que é uma lei profundamente humanista e generosa, e que é uma Lei essencial para combater a exclusão social dos imigrantes. Quero salientar apenas um aspecto desta lei: com ela, nós damos o melhor que temos, a nossa nacionalidade, aos filhos dos imigrantes nascidos em Portugal. Porque era preciso acabar com uma situação profundamente injusta em se negava a nacionalidade portuguesa a crianças nascidas em Portugal, de famílias integradas em Portugal, que nunca viram outro País senão Portugal e que tantas vezes não falam outra língua senão a portuguesa. A verdade é que eles já eram portugueses de facto mas foi o PS no Governo que fez deles portugueses de direito e com direitos. Esta é uma lei que honra a tradição social do PS e que mostra bem o nosso permanente empenho no combate a todas as formas de exclusão!

Segundo - quero também lembrar que foi este Governo do PS que apresentou na Assembleia da República uma nova Lei da Imigração, uma lei para favorecer a imigração legal e para combater a imigração clandestina, que é a mais tenebrosa aliada da exploração e da exclusão social dos imigrantes. Foi isso que fizemos! São estes actos, mais do que palavras, que fazem do PS um Partido com consciência social.

Concerteza, que haverá sempre mais a fazer. A inclusão social é um trabalho sem fim. Mas o PS não aceita lições de humanismo na política de imigração vindas de quem não é capaz de reconhecer que, num ano e meio, o Governo do PS fez o que há muito devia ter sido feito para a integração social dos imigrantes.

E quero dizer mais a este propósito: há uma política de imigração a construir na Europa e há escolhas políticas a fazer. Ou a Europa escolhe a ilusão de uma Europa-fortaleza, com uma política de imigração apenas baseada na vertente securitária, fechada nas suas fronteiras, ou escolhe uma política realista de

segurança e de controlo dos fluxos migratórios, que combata eficazmente o crime hediondo do tráfico e da exploração de seres humanos, mas que também aposte na inclusão social dos imigrantes e na cooperação para o desenvolvimento dos Países de origem.

Pela minha parte não tenho dúvidas: bater-nos-emos, durante a Presidência Portuguesa da União Europeia, por uma visão humanista e responsável à altura dos melhores valores europeus. O problema das migrações pode ter uma resposta em que todos ganhem. Ganhem os países de destino, porque os imigrantes contribuem para o desenvolvimento das nossas sociedades; ganhem os países de origem, com apoios ao seu crescimento económico e ganhem os próprios imigrantes, com políticas de integração que lhes garantam os seus direitos sociais. Mais uma vez: é com estas acções, mais do que com palavras - porque são as acções que a história regista - que se afirma a tradição tolerante, humanista e cosmopolita que está no código genético do Partido Socialista.

A agenda social do PS é ambiciosa. Nós não desistimos de aprofundar o Estado Social, nem desistimos de combater as excessivas desigualdades existentes no nosso País. Este ano faremos chegar o Complemento Solidário aos idosos pobres com mais de 70 anos!

Mas não é só o combate à pobreza. A nossa política social tem uma outra prioridade: promover a natalidade e colocar as políticas de apoio à criança no centro das políticas sociais. Este é talvez o maior desafio para o futuro do Estado Social. E é por aqui que passa o eixo central da nova geração de políticas sociais. As políticas de apoio à natalidade e à família não só criam condições para a conciliação da vida profissional e familiar e para uma mais efectiva igualdade de oportunidades, mas também criam mais oportunidades de emprego e de desenvolvimento regional e local.

É por isso que vamos reforçar a rede de equipamentos de apoio à família, com mais investimento em creches. A nossa meta é garantir mais 50% de lugares em creches até ao final da legislatura. Mas é também por isso que

aumentaremos, também, as prestações familiares, para apoio às famílias jovens de baixos recursos, às famílias numerosas, às situações de monoparentalidade. Outros falaram muito de apoio à família, é verdade, mas foi este Governo que, no Orçamento para 2007, decidiu acabar com o absurdo de uma discriminação fiscal contra a família que obrigava os casados a pagarem mais impostos do que os outros!

12. Reforçar o diálogo social: um novo acordo para o aumento do salário mínimo nacional

Mas queremos levar ainda mais longe a nossa Agenda social. A lição que podemos tirar dos Países mais desenvolvidos da Europa é que não há desenvolvimento sem redução das desigualdades de rendimento. Sabemos qual é o nosso papel. Ao Estado cabe garantir a igualdade de oportunidades e essa concretiza-se com melhor educação e melhor qualificação de todos. Mas este não é o único ponto. A verdade é que em Portugal uma parte das desigualdades tem origem num elevado número de trabalhadores pobres. Esta situação não deve continuar e exige uma resposta.

Com a alteração da lei da segurança social, o Governo acabou com a indexação de diversas prestações sociais ao salário mínimo nacional, que tem prejudicado, ano após ano, a sua actualização. Esta alteração permite agora que se possa utilizar o salário mínimo, de forma responsável mas ambiciosa, como um instrumento de combate à pobreza e de redução das desigualdades. Quero por isso dizer-vos que o Governo vai apresentar na concertação social uma proposta concreta para uma actualização progressiva do salário mínimo nos próximos três anos. Fá-lo-emos ainda este mês e esperamos poder contar com o empenhamento de todos os parceiros sociais para um acordo sobre um salário mínimo que dignifique o trabalho, reduza as desigualdades e prestigie o diálogo social.

13. O PS e o referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez

Mas há uma questão muito importante, e que está, aliás, na agenda política dos próximos meses, e à qual tenho a obrigação de fazer referência: o referendo para a despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

A nossa posição é clara e consta da Moção que aprovámos neste Congresso. Nós sabemos bem o que queremos e aquilo por que vamos lutar: nós vamos lutar contra a pena e a ameaça de prisão para as mulheres. E vamos lutar contra o aborto clandestino e por uma alternativa legal, com garantia de condições de saúde e de dignidade para as mulheres.

Não se trata, portanto, de liberalizar o aborto, trata-se de alargar as excepções já previstas na lei, despenalizando a interrupção voluntária da gravidez até às dez semanas, em estabelecimento legalmente autorizado. É isto, e não outra coisa, o que vamos defender.

Em democracia ninguém pode estar convencido antecipadamente de que vai ganhar. Partimos para este referendo não com a certeza da vitória, mas com a certeza de que esta causa merece a vitória! E é pela vitória que vamos lutar.

Mas depois do debate de ontem tenho o dever de clarificar perante os portugueses a posição do PS. Vou ser o mais claro que é possível nesta matéria. A posição do PS só pode ser uma: só aprovaremos a lei se o Sim tiver mais votos do que o Não. Basta-nos um voto, mas é preciso esse voto. Se isso não acontecer, respeitaremos o resultado do referendo e não aprovaremos a lei que propusemos. É assim que eu entendo a democracia. E o PS não tem duas caras, uma para o SIM e outra para o Não. O referendo é para respeitar, ganhe o Sim ou ganhe o Não.

E muito me espanta que haja quem esteja permanentemente a dar lições sobre a importância da democracia participativa e esteja tão disponível para, na primeira oportunidade, desprezar o resultado de um referendo popular. A democracia participativa é para levar a sério, não pode ser uma questão de conveniência ou de oportunidade.

Mas também vos quero dizer que discutir cenários de derrota não é a melhor forma de mobilizarmos ninguém para ganhar. É a convicção da vitória que nos dá o ânimo e força para a batalha política. Pela minha parte, parto para este referendo com a convicção de que podemos e que vamos ganhar!

14. Mobilizar o PS para Modernizar Portugal

Caros amigos e camaradas

Há quem diga que os Governos passam, e o PS fica. É verdade. Mas também é verdade que o PS fica com a história dos seus Governos.

É por isso que este Congresso não se enganou nas suas prioridades. Sabemos que a principal tarefa do PS é governar bem Portugal. É isso que esperam de nós os portugueses.

O que propomos para Portugal é um novo equilíbrio entre Estado e sociedade. É uma nova aliança entre solidariedade e responsabilidade. Um novo lugar para a equidade e para o mérito. Queremos uma economia e uma sociedade menos subjugadas pela despesa e pela dívida pública. Com mais espaço para a iniciativa, para o risco, para a competitividade. Estamos a construir um Estado que não oprima com regulamentação excessiva mas que se distinga pela inteligência, pelo estímulo à iniciativa, pelo critério, pelo exemplo, pela vontade de inovar. Queremos que o Estado dê, acima de tudo, mais oportunidades às pessoas e às empresas.

Quando pensamos no futuro dos portugueses pensamos em responsabilidade, oportunidades, equidade na protecção social. É essa a inspiração política que nos guia nas reformas que estamos a levar a cabo e nas reformas que temos pela frente. A nossa ambição é fazer mudanças que perdurem e que nos identifiquem com o que faz de mais criativo e responsável no Mundo global.

É isto que faz de nós um Partido à altura dos tempos. Um Partido com ambição. Com energia. Com vontade. Um partido que quer fazer, com os

portugueses, um País moderno, competitivo e um País mais justo. É para esta ambição que vos convoco. É nisto que acredito, é nisto que acreditamos. Ao serviço de Portugal!

Viva o PS!

Viva Portugal!